# política



Repórter Brasília
**Edgar Lisboa**
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Consenso da bancada gaúcha



APOLOS NETO/DIVULGAÇÃO/JC

A bancada federal gaúcha definiu, nesta terça-feira, em Brasília, a destinação das emendas coletivas para o Orçamento Geral da União (OGU) de 2027. O volume de recursos previsto para o Rio Grande do Sul soma R$ 602 milhões. Sob a coordenação do deputado federal gaúcho Afonso Hamm (PP), o encontro reuniu deputados e senadores do Estado para selar um acordo suprapartidário. Cada parlamentar terá uma cota individual de R$ 17,7 milhões para aportar em onze áreas selecionadas. O consenso garante que o Estado inicie o próximo ano com um alívio fundamental no repasse de verbas, considerado essencial diante das severas limitações fiscais do Palácio Piratini.

### Peso duplo na transição

A reunião teve como diferencial a participação de Luciano Zucco (PL), atuando com o peso institucional duplo de deputado federal e governador eleito. Em meio às atividades de transição de governo, Zucco usou seu capital político para emplacar demandas emergenciais. "Hoje defendo investimentos nessas áreas não apenas como deputado, mas também como governador eleito, que conhece os desafios que o Rio Grande do Sul enfrenta", discursou. Ele ressaltou que a gestão gaúcha não tem margem para perdas financeiras. "Nosso mandato sempre trabalhou para garantir que o Rio Grande do Sul recebesse recursos federais, e esse compromisso seguirá até o final de 2026. Diante das dificuldades fiscais do Estado, cada recurso destinado a serviços e estruturas essenciais faz diferença", assegurou.

### Resposta ao clima e à violência

Ao justificar suas indicações, Zucco destacou a necessidade de preparar o Estado para desastres climáticos e estancar a violência de gênero. "Um dos problemas mais recorrentes do Rio Grande do Sul está relacionado às chuvas. Precisamos fortalecer a estrutura para prevenir e responder a situações de emergência", alertou. Para a Defesa Civil, a proposta referendada envolve a aquisição de caminhões-cisterna, kits de equipamentos e a modernização da frota estadual. Na área de segurança pública, defendeu a compra de veículos para os Centros de Referência da Mulher. "O Estado tem registrado altos índices de feminicídio, e precisamos unir esforços para combater esse problema", acentuou. Outro ponto de destaque é que recursos federais vão financiar obras em quatro rodovias gaúchas, impulsionando a produção e o turismo.

### Saúde, educação e campo

O pacote de R$ 602 milhões se completa com repasses à rede de atendimento social e à base produtiva. A saúde recebeu atenção com a previsão de custeio de instituições de média e alta complexidade e a compra de maquinário para atenção especializada. A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, referência no Estado, foi a única instituição citada nominalmente para receber aportes diretos. O setor do agronegócio foi contemplado com rubricas para a aquisição de máquinas agrícolas. Por fim, a educação superior assegurou investimentos federais voltados à modernização e à compra de equipamentos para qualificar a estrutura das universidades federais no Rio Grande do Sul.

# Governo Zucco formaliza projetos de reestruturação

## Matérias serão submetidas à análise da Assembleia Legislativa

**/ TRANSIÇÃO NO PIRATINI**

A equipe de transição do governador eleito Luciano Zucco (PL) entregou, nesta quarta-feira, ao governo de Eduardo Leite (PSD), dois projetos de lei que estabelecem a nova estrutura administrativa do Executivo para a gestão de 2027 a 2030.

A entrega foi realizada pelo futuro secretário-chefe da Casa Civil, Leandro Sonne, e pelo futuro líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Pasin (PP), ao atual secretário-chefe da Casa Civil e coordenador da transição, o ex-governador Ranolfo Vieira Júnior. As propostas seguem agora para a Assembleia Legislativa.

A reorganização prevê 17 secretarias, além da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), cujo titular possui prerrogativas de secretário. A proposta representa uma redução de quase 40% na estrutura do secretariado, passando dos atuais 28 para 18. A redução no secretariado considera ainda fusões de pastas. Por exemplo, as atuais secretarias de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação e de Desenvolvimento Rural terão suas estruturas aglutinadas na futura Secretaria de Agronegócio, Cooperativismo e Agricultura Familiar. Além das fusões, será criada a Secretaria Proteção e Defesa Civil.

A economia prevista com a reestruturação é de cerca de R$ 125 milhões, conforme o relator do orçamento gaúcho para 2027 e principal cotado para assumir a Secretaria da Fazenda no ano que vem, deputado estadual Claudio Branchieri (PL). O plano firmado pelo parlamentar é de redução de cerca de 30% dos cargos de comissão (CCs) do governo.

PABLO REIS/ASCOM CASA CIVIL/DIVULGAÇÃO/JC



Sonne (e) e Pasin (d) entregam textos a Ranolfo no Palácio Piratini

## Novos titulares serão anunciados nesta quinta-feira

O governador eleito do Rio Grande do Sul, Luciano Zucco (PL), apresenta novos nomes da equipe da futura gestão nesta quinta-feira. São aguardados os demais titulares que integrarão o primeiro escalão.

Já foram confirmados oito secretários e ainda estão por serem indicados outros dez titulares, completando as 18 pastas. O anúncio acontece às 14h, no Instituto Caldeira, em Porto Alegre, espaço que tem recebido as reuniões do grupo de transição entre os governos Eduardo Leite (PSD) e Luciano Zucco (PL).

## Tributo progressivo à iluminação pública será arquivado

**/ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE**

**Mauro Belo Schneider**
mauro.belo@jornaldocomercio.com.br

O prefeito Sebastião Melo (MDB), mandou arquivar o projeto de tributo progressivo para iluminação pública de Porto Alegre, anunciado há uma semana. Enviada à Câmara no dia 11, a proposta criava a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip). Hoje, a prefeitura cobra uma tarifa fixa de R$ 10,53 para o tributo. Caso a proposta , o valor poderia chegar a R$ 64,16.

"Como gestor público disposto a reavaliar posições em nome do bem coletivo, comunico que o Executivo irá encaminhar o arquivamento do projeto de lei da Cosip. Mantenho a convicção no rigor técnico da proposta, na justiça fiscal construída na graduação das faixas e no foco em ampliar o investimento em segurança pública, para além do estímulo ao consumo consciente", disse no X.

Melo afirmou que tomou a decisão diante do aumento superior a 20% aprovado pela Aneel para a tarifa da CEEE Equatorial. "Atingirá uma população já duramente impactada pela crise fiscal nacional e com famílias endividadas", ressaltou. "A sensibilidade nos guia para não avançar no projeto. Ainda que 63% dos consumidores não tivessem alteração negativa, e a tarifa máxima chegasse a apenas 0,96% dos consumidores residenciais no novo formato da contribuição."

## Rejeitado pedido de licença do vereador Giovane Byl

**/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE**

Na sessão desta quarta-feira, a Câmara da Capital rejeitou o pedido de licença do vereador Giovane Byl (Podemos). Ele está preso preventivamente desde o dia 18 de setembro por suspeita de envolvimento em um esquema de desvio de emendas do Fundo Municipal de Saúde.

O pedido de licença por interesse particular foi rejeitado de 25 votos a 2. Os únicos votos favoráveis foram de Hamilton Sossmeier, colega de partido de Byl, e de Jessé Sangalli (PL); houve três abstenções. Com a rejeição, Byl continua acumulando faltas e a Câmara segue com um vereador a menos.